

Ata da 7ª Reunião Ordinária do CMDCA – 8ª gestão realizada no dia 06 de Outubro de 2006, na sede do Conselho – casa da inclusão – Rua Halfeld, 450 – 7 andar, com a presença dos Conselheiros de Direitos e convidados. O primeiro ponto da pauta foi a leitura da ata da 6 reunião , que foi aprovada após a Conselheira Maria do Carmo Vianna informar a maneira correta que se escreve surdos cego, e o conselheiro Waldir Aquino solicitar ainda que fosse incluído o pedido que ele fez de buscar maiores esclarecimentos sobre em qual lei se ampara o programa Adolescente Trabalhador do Instituto Jesus. Após as adequações foi aprovada a ata. Foi dada posse à representante do Axé Criança, Sra. Helena Januário Oliveira, que substituiu o conselheiro Marcos Antônio. O segundo ponto de pauta foi a leitura do ofício enviado ao Ministério público informando sobre os riscos da não renovação do registro do Instituto Jesus. O conselheiro Waldir Aquino apoiado pelo conselheiro Marcos Pinto sugeriu que o ofício enviado – digo veiculado pela Imprensa a fim de resguardar as ações do Conselho. O terceiro ponto de pauta foi iniciado com a leitura do ofício a ser encaminhado ao Instituto Jesus informando o cancelamento do registro, leitura feita pela conselheira Rita Farjado e membro da Comissão de Registro. Ainda sobre a problemática do Instituto Jesus , a presidente Sandra Fortes relatou sua conversa com a Juíza da vara de Infância e Juventude que disse que a transferência dos adolescentes que estão internados no Instituto Jesus só se dará o momento em que houver um local apropriado para a internação, podendo a situação ser resolvida apenas quando o Centro de Internação ficar pronto. Wania Xavier representante do Fórum DEDICA ressaltou o constrangimento causado pela fala da Juíza que acaba por concordar com o funcionamento irregular do Instituto Jesus ferindo assim o ECA. A conselheira Maria do Carmo pediu que a carta à imprensa informe qual é o papel do Conselho de Direitos, ressaltou ainda que a Juíza é responsável pela manutenção da situação irregular. O conselheiro Lindomar José da Silva esclareceu aos demais conselheiros que a carta dirigida a imprensa terá uma redação diferente da enviada ao Instituto

Jesus e ao Ministério Público. O Conselheiro Tutelar Claudinei Lima destacou ainda que a Juíza está ferindo o artigo 5 da Constituição Federal, Sr. Valdir disse que o responsável pela fiscalização é prioritariamente do Ministério Público e sugeriu que a situação seja informada ao Conselho Estadual – CEDCA, como também ao CONANDA. Lindomar esclareceu as propostas de encaminhamento seja o ofício 026 encaminhado ao CEDCA/ SAME/CONANDA e o 27 ser encaminhado ao Instituto Jesus. Os dois encaminhamentos foram votados e aprovados. Foi aprovado ainda que um outro encaminhamento de elaboração um novo ofício que reúna todos os problemas enfrentados e encaminhados ao CONANDA/CEDCA/CONSELHO Tutelar/ vara da Infância. Passou-se então para o quarto ponto de pauta que é o relato de Comissão Organizadora do Processo de Escolha feito pela conselheira Gracia Fonseca Aguiar que ressaltou que a responsabilidade do processo é de todo os conselheiros e destacou a falta de apoio por parte do Poder Público no que se refere à estrutura necessária para o encaminhamento do processo, principalmente Recursos Humanos, materiais e logística. Gracia solicitou ainda que se faz necessário uma nova visita ao Ministério Público. Ela destacou que a responsabilidade do processo é de todo Conselho e sugeriu que fosse agendada uma reunião com Andréa Gosesic para esclarecimento sobre a elaboração e execução das etapas do processo. Sandra Fortes relatou que conversou com Andréia Gosesic e que a morosidade no encaminhamento do processo se dá em função da grande burocracia da administração municipal. Wanya Xavier sugeriu um pedido de encontro com o prefeito Alberto Bejani para colocá-lo a aprte do processo de Escolha e na ocasião solicitar também apoio na divulgação do processo, Wanya ressaltou a importância das instituições que fazem parte deste Conselho se comprometam também com a divulgação do processo. O conselheiro Marcos Pinto reforçou a importância da reunião na próxima terça-feira para que sejam solucionadas todas as demandas pertinentes ao processo de Escolha, resolvido e encaminhado, passamos ao quinto ponto da pauta relatado pela conselheira

Rita Fajardo prestando maiores esclarecimentos sobre o orçamento criança e o programa prefeito amigo da criança e solicitou o CMDCA fizesse uma reunião para esclarecer os DEINS, como funciona e elaboração do orçamento criança. A conselheira Maria do Carmo Vianna falou ainda que é necessário que o orçamento criança inclua também a necessidade de aumentar o volume de recursos destinados ao apoio de projeto das instituições que atuam na área da criança e do adolescente. Foi encaminhados a formação de uma comissão para instruir os DEINS com a participação de Lindomar, Claudinei, Pedro Vargas, Rita Fajardo, Anderson Furtado. Passamos ao sexto ponto de pauta que é a realização do Dia F – Fundo Amigo. Sandra leu ainda uma carta escrita pela Superintendente da AMAC em apoio a realização do dia F. Sem mais a tratar, a reunião foi encerrada às 11: 10, eu Pedro Gabriel pereira - 2º secretário - , lavro e assino a ata que depois de aprovada em plenária será assinada por mim, pela presidente e demais conselheiros presentes.